

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.210 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 2000

Plenário decide se convoca o general Cardoso

Se convocado, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional deverá explicar as operações da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

PÁGINA 7

CAS analisa a proibição de transgênicos por cinco anos

PÁGINA 7

Francisco Gros fala na CAE sobre Plano Quinquenal

PÁGINA 7

APROVADAS NORMAS QUE BENEFICIAM DEFICIENTE FÍSICO

O Plenário aprovou ontem projeto que estabelece normas gerais para facilitar o acesso dos portadores de deficiência a bens e serviços coletivos. Também recebeu o voto favorável dos senadores projeto que regulamenta o trabalho do menor aprendiz, que não poderá ter jornada superior a seis horas diárias.

PÁGINA 5

CCJ aceita indicações para o STJ e a Defensoria Pública da União

Nomes escolhidos pelo presidente da República e aprovados na comissão ainda serão submetidos ao Plenário.

PÁGINA 6

Os indicados – Anne Elizabeth e Sebastião Castro Filho – ao lado dos senadores José Agripino e Ramez Tebet



Líderes acertaram salário mínimo de R\$ 180 e as fontes de recursos para que a Previdência possa pagar aos segurados



Salário mínimo será de R\$ 180 a partir de abril

Em reuniões com líderes partidários e, mais tarde, com membros do governo, o relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando, obteve a concordância para um salário mínimo de R\$ 180, com vigência a partir de 1º de abril. Se preciso, toda a verba antes destinada às emendas dos parlamentares será usada para bancar o aumento do mínimo

PÁGINA 4

Nova Lei de Informática passa na CAE e segue para o Plenário

PÁGINA 3



Acordo parcial permitiu a aprovação do projeto da informática na CAE

CE acolhe criação da Universidade do Legislativo Brasileiro

PÁGINA 10

Antonio Carlos concorda com taxaço de grandes fortunas

A medida garantiria mais uma fonte de recursos para assegurar o aumento do salário mínimo dos atuais R\$ 151 para R\$ 180

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse na manhã de ontem que concorda com a taxaço das grandes fortunas como alternativa de fonte para garantir o aumento do salário mínimo dos atuais R\$ 151 para R\$ 180.

Embora reconhecendo que a medida não tenha sido eficaz em outros países, o senador afirmou que não vai se opor à taxaço, caso seja aprovada, para reforçar o erário público. A tributação de grandes for-

tunas é objeto de 18 matérias que tramitam no Senado e na Câmara dos Deputados.

Uma das propostas, de 1989, foi elaborada pelo então senador Fernando Henrique Cardoso, hoje presidente da República.

A principal crítica feita pelos opositores da taxaço das grandes fortunas é que a taxaço provoca a transferência de recursos e riquezas para outros países.



Antonio Carlos Magalhães considera que a taxaço não foi eficaz em outros países, mas reforçaria o erário

ACM discute com Márcio Braga e Álvaro Dias corrupção no futebol

Antonio Carlos Magalhães, presidente do Senado, recebeu ontem o ex-deputado federal e atual candidato à presidência do Flamengo Márcio Braga e o presidente da CPI do Futebol, senador Álvaro Dias (PSDB-PR). Vários assuntos foram discutidos, entre eles a corrupção no futebol, a participação do capital estrangeiro nessa atividade esportiva e o papel da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Antes da audiência com o presi-

dente do Senado, Márcio Braga reuniu-se com Álvaro Dias. O ex-deputado responsabilizou a CBF pela maioria dos problemas que o futebol brasileiro enfrenta atualmente. Márcio denunciou também "o balcão de negócios feito pela atual administração do Flamengo". Ao final da reunião, o presidente da CPI comentou que o encontro com o dirigente proporcionou subsídios para a parte propositiva da comissão parlamentar de inqu-

érito que investiga irregularidades no futebol brasileiro.

Márcio Braga sugeriu que a CPI realize investigação mais apurada sobre a influência do capital estrangeiro no futebol. Ele criticou que no Brasil a "marca futebol" esteja sendo entregue a empresas de outros países, provocando a desnacionalização do esporte. "Espero que a CPI proponha uma lei que discipline a presença do capital estrangeiro no esporte nacional", afirmou.

Álvaro Dias explicou que a comissão está investigando a existência, ou não, de corrupção no futebol brasileiro e se a atividade esportiva está sendo administrada com incompetência e desonestidade. "Temos que ver se o futebol, como patrimônio cultural, está sendo administrado a serviço do país ou de poucos beneficiados", disse o senador. Ele acrescentou que a comissão parlamentar de inquérito vai propor uma legislação capaz de organizar o futebol e penalizar os responsáveis pelas infrações cometidas.



Antonio Carlos Magalhães também debateu com Álvaro Dias (centro) e Márcio Braga a participação do capital estrangeiro no futebol



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 2000

Brasil 500



Presidente
Antonio Carlos Magalhães
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDL nº 89/2000, aprova o ato que outorga permissão à Rádio Interativa para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aguiar (SP); PDL nº 165/2000, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Belo Horizonte para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte (MG); e Requerimento nº 567/2000, do senador Jefferson Péres e outros, solicitando seja convocado o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para prestar, perante o Plenário da Casa, esclarecimentos sobre operações da Abin.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLC nº 88/2000, que dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção nas embalagens de roupas íntimas de orientações impressas sobre a importância de exames preventivos de câncer de mama, colo de útero e próstata; PLS nº 53/2000, que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para as unidades da Federação que abrigarem em seus territórios unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas; PLS nº 216/99, que proíbe, por cinco anos, o plantio e a comercialização de alimentos contendo organismo geneticamente modificado (OGM) ou derivados de OGM; PLS nº 171/2000, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para a recomposição de áreas de preservação permanente; PLS nº 449/99, altera o art. 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde); e PLS nº 11/2000, altera o inciso I do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

9h30 — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: audiência pública com a presença do ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornelas, para prestar esclarecimentos acerca do Orçamento 2001. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: emendas de plenário nºs 1, 2 e 3 ao PLC nº 1/2000, que dispõe sobre a relação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas de suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar; PLS nº 27/99, altera os artigos 338, 340, 342 e 344 da Lei nº 3.071/16 — Código Civil, referentes à investigação de paternidade; PLS nº 112/2000, acrescenta artigo à Lei nº 9.504/97, que estabelece hipóteses de cassação de registro de candidatura ou de perda de mandato; e PLS nº 170/2000, altera dispositivo da Lei nº 7116/83, para tornar gratuita a emissão de carteira de identidade no caso que menciona. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: exposição dos membros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, sobre o desempenho de suas atividades, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 28/2000-CAE, de autoria do senador Pedro Simon.

17h — exposição de Francisco Gross, presidente do BNDES, acerca do novo plano estratégico do BNDES, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 38/2000-CAE, de autoria do senador Jefferson Péres. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

10h — Comissão de Educação

Pauta: audiência pública para instrução do PLC nº 105/96, que dispõe sobre a prevenção, tratamento, fiscalização, controle e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes, com a presença do ministro-chefe do gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso; do advogado e professor do Uniceub, Ney Moura Teles; do advogado e ex-presidente do Conselho Federal de Entorpecentes (RS), Luiz Mathias Flack; do coordenador do Programa Nacional de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde, Paulo Teixeira; e da educadora com projetos de combate às drogas (SP), Maria José Caqueira.

Após a Ordem do Dia

Pauta: audiência pública com a finalidade de instruir o PLS nº 151/2000, que dispõe sobre o acesso a informações na Internet, com a presença do presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Internet (Abranet), Roque Abdo; do coordenador-geral do Laboratório de Sistemas Integráveis da USP (SP), João Antônio Zuffo; do diretor da Consultoria do Prodasen, Francisco José Fiúza Lima; e diretor da Divisão de Sistemas Legislativos do Prodasen, João de Holanda. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

10h — CPI de Roubo de Cargas

Pauta: avaliação dos trabalhos durante o corrente ano, elaboração de sugestões para o calendário 2001 e votação de requerimento. *Ala Nilo Coelho — Sala 2*

ESPECIAL

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: *O judeu*, de Jam Tob Azulay. *Auditério Patrícia Portella*

PREVISÃO PLENÁRIO

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: será destinada a comemorar o centenário de nascimento de Milton Campos.

Pauta: PLC nº 1/99, regulamenta o parágrafo 4º do art. 199 da Constituição federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados; estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades; e PDL nº 168/2000, aprova o ato que outorga permissão à MR Radiodifusão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória do Meirim (MA).

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÃO

Quinta-feira

9h — CPI do Futebol

Pauta: depoimento do treinador Wanderley Luxemburgo. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Ney Suassuna (no destaque) acolheu em seu relatório, aprovado pela CAE, emenda que incluiu os equipamentos médico-hospitalares entre os beneficiados pela nova lei

Acordo garante aprovação da Lei de Informática na CAE

Alterações, que ainda dependem do Plenário do Senado, prevêem novas regras para incentivos no Norte, Nordeste e Centro-Oeste

Após longa discussão, os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) estabeleceram um acordo parcial e aprovaram parecer favorável à nova Lei de Informática. O relator da matéria, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), aceitou emendas que havia preliminarmente rejeitado. Isso não impediu que outros parlamentares apresentassem destaque para votação em separado das emendas que não foram, ao final, incluídas no parecer do relator. Uma delas foi aprovada. A proposta ainda será votada pelo Plenário do Senado.

O relator acolheu duas emendas apresentadas pelo senador Paulo Souto (PFL-BA). A primeira impede a concessão dos benefícios fiscais para os estados cujas empresas, entre 1996 e 1999, tenham sido agraciadas com mais da metade da renúncia fiscal decorrente.

— Vamos falar português claro: esta emenda limita incentivos a São Paulo, para redirecioná-los aos outros estados brasileiros — afirmou o líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que pediu a inclusão, no relatório, das emendas de Souto.

A segunda emenda de Paulo Souto incluída no relatório de

Suassuna estende os benefícios para os bens de informática e automação produzidos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste até 31 de dezembro de 2003. Após esta data, os benefícios transformam-se em redução do Imposto sobre Produtos Industrializados, de 95% em 2004, 90% em 2005 e 85% de 2006 a 2009, quando será extinto.

Após o acordo parcial, ocorrido durante a reunião da comissão, Suassuna acolheu também a emenda da senadora Heloísa Helena (PT-AL) que inclui entre os integrantes do Comitê Gestor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico um representante de entidade sindical de âmbito nacional dos trabalhadores do setor de informática.

O senador incluiu também duas emendas do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que permitem a inclusão, entre os bens e mercadorias que terão direito aos benefícios da nova lei, os equipamentos médico-hospitalares. As duas outras emendas aceitas por Suassuna ampliam as regiões beneficiadas com os incentivos. As propostas, apresentadas pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES), alteram o critério geográfico que contempla as regiões Norte e Nordeste pelo critério geopolítico,

incluindo nas regiões beneficiadas municípios mineiros e capixabas que integram a área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

DESTAQUE

Os senadores pelo Amazonas pediram destaque para votação de emendas que excluem telefones celulares e monitores de vídeo da lista de produtos que serão considerados bens de informática e sujeitos aos benefícios. Na votação em separado, foram rejeitadas. Também não foram aprovadas as emendas que preservavam os benefícios exclusivos da Zona Franca de Manaus.

Os celulares e monitores de TV foram excluídos do rol de bens de informática no parecer aprovado pela Comissão de Educação (CE), mas reincorporados no parecer de Suassuna. Na votação da emenda, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) pediu verificação nominal, mas a alteração do texto foi rejeitada por 13 votos contra 7.

A única emenda aprovada em votação em separado foi apresentada pelo senador José Eduardo Dutra. Ela prevê que as empresas, para fazerem jus ao benefício fiscal, deverão implantar sistema de qualidade e programa de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa.

Proposta gerou prolongado debate entre os senadores

Durante o debate sobre a nova Lei de Informática, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) protestou contra a limitação, por uma lei ordinária, dos benefícios da Zona Franca de Manaus (ZFM), que estão previstos na Constituição.

Cabral também criticou a prorrogação da lei por um ano, feita por meio de uma portaria ministerial. De acordo com o parlamentar, a vigência da Lei de Informática acabou em 29 de outubro de 1998. Os principais beneficiados, segundo o senador, foram multinacionais: a Solectra (segundo maior fabricante de componentes eletrônicos no mundo), a IBM e a GNK.

— Não podemos aceitar este raciocínio de que se pode implodir o Poder Legislativo — afirmou Cabral.

Já o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) afirmou que a nova Lei de Informática tem de ser a favor do país e da sociedade brasileira, “e não para atender a interesses de grupos mancomunados com autoridades ministeriais”. Para Mestrinho, o país “não pode continuar a ser sangrado, a ser espoliado”. Ele lembrou que a indústria de informática não cumpriu importantes pontos da lei anterior, como a concessão de participação nos resultados aos trabalhadores e investimentos em pesquisa.

— O que se quer é acabar com o único modelo de desenvolvimento que deu certo neste país, que é a Zona Franca de Manaus — disse.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) lembrou que a preservação de 98% das florestas virgens em seu estado se deve, em grande parte, à criação do parque industrial de Manaus. Ele informou que apenas automóveis, armas e munições, bebidas alcoólicas, fumo e perfume não têm benefícios na Zona Franca. Mesmo assim, nem todas as indústrias lá se instalaram.

— Nossas desvantagens compa-

rativas são tão grandes que, apesar dos incentivos, é preferível fabricar em outros estados — afirmou o parlamentar. Para ele, se o projeto para a nova Lei de Informática for aprovado, a ZFM será esvaziada rapidamente.

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), lembrou que o balanço de pagamentos tem saldo negativo de US\$ 5,6 bilhões no item relativo a componentes eletroeletrônicos. Para ele, a aprovação da lei, além de atrair novos investimentos, aumentará a produção nacional e, conseqüentemente, diminuirá os gastos com importação dos componentes. Segundo Arruda, caso a lei não seja aprovada, as indústrias do Distrito Federal e do sul de Minas fecharão suas portas.

O senador Pedro Piva (PSDB-SP), por sua vez, afirmou que sempre foi um defensor do acordo para a nova Lei de Informática, tendo por várias vezes procurado conversar com os senadores Bernardo Cabral e Jefferson Péres, ainda na legislatura anterior. Para o senador Paulo Souto (PFL-BA), a nova lei é contraditória, já que concentra ainda mais o setor industrial. Já Roberto Saturnino (PSB-RJ) — único a votar contra o parecer — disse que a nova lei tira a soberania do país, em favor do mercado financeiro internacional.

O presidente da CAE e relator da matéria, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), lamentou artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* que acusa a comissão de protelar a votação da nova lei. Suassuna — que, durante a votação do projeto, passou a presidência da comissão para seu vice, senador Bello Parga (PFL-MA) — lembrou que o projeto está em tramitação há dois anos e há apenas dois meses sob a análise da comissão.



Paulo Souto teve duas emendas acolhidas pelo relator. José Roberto Arruda observou que o item relativo a componentes eletroeletrônicos tem um saldo negativo de US\$ 5,6 bilhões no balanço de pagamentos

CRE aprova o envio de ajuda ao Timor Leste

Pela decisão dos integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, peritos eleitorais e um contingente desarmado de militares ficarão à disposição da missão da Organização das Nações Unidas sediada naquele país



Os membros da comissão também aprovaram ontem seis acordos internacionais

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem o envio de um contingente de militares, todos desarmados, e peritos eleitorais para ficarem à disposição de Missão das Nações Unidas no Timor Leste (Unamet).

Já o parecer do senador Pedro Piva (PSDB-SP) sobre os projetos de lei que impõem controle sobre a fabricação, o depósito, o trânsito e o porte de arma de fogo não foi votado por falta de número regimental mínimo de senadores. A votação de matéria

tem caráter terminativo.

A CRE também aprovou acordos internacionais que regulam serviços aéreos entre o Brasil e a Suíça; de cooperação entre as academias diplomáticas do Brasil e do México; sobre a responsabilidade civil de acidentes de trânsito e arbitragem comercial entre os países do Mercosul; sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático, firmado com a Guiana; sobre o cumprimento de sentenças penais no exterior; e de cooperação cultural entre o Brasil e o Zimbábue.

Acordo entre líderes e governo garante aumento do mínimo para R\$ 180 em abril

Os líderes dos partidos que apoiaram o governo e os das oposições decidiram ontem à noite, em reunião com o relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), e as lideranças do governo no Congresso, votar projeto elevando o salário mínimo para R\$ 180, no próximo ano. A posição foi definida no início da reunião, antes mesmo da garantia dada pelo relator de que apresentará nesta semana adendo ao seu relatório preliminar apontando as fontes de financiamento do novo mínimo.

No adendo, Lando indicará como fontes de financiamento do mínimo o corte de recursos destinados ao custeio da máquina pública, o uso das verbas destinadas às emendas parlamentares e a arrecadação a ser propiciada pela aprovação de projetos de combate à sonegação. No total, serão mais de R\$ 2,8 bilhões — no entender dos economistas do Congresso, valor suficiente para bancar o novo mínimo.

No início da noite, Lando foi ao Palácio do Planalto, para se reunir com os ministros Pedro Parente, da Casa Civil, e Aloísio Nunes Ferreira, secretário-geral da Presidência, além do líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), e o deputado Ricardo Barros (PTB-PR), líder do governo na Comissão Mista de Orçamento. Ele ouviu que o governo não concordava que o Congresso viesse a usar recursos para investimentos, como Lando havia proposto à tarde, para bancar o aumento do mínimo.

Foi então acertado que toda a verba de R\$ 1,6 bilhão da reserva de contingência do Orçamento 2001, antes destinada às emendas dos parlamentares, seria usada para bancar o aumento. Assim, as emendas dos congressistas ficarão condicionadas à arrecadação a ser propiciada por projetos de combate à sonegação fiscal. Outra decisão: o novo salário mínimo entrará em vigor em 1º de abril, e não 1º de maio.

Em encontro à tarde entre os líderes partidários, Arthur Virgílio havia aberto a reunião apresentando uma contraproposta do governo, que permitiria elevar o mínimo para R\$ 176,50, usando praticamente as mesmas três fontes de recursos propostas pelo relator. Insistiu ainda que o Congresso deveria votar a emenda constitucional, em tramitação, que institui a contribuição previdenciária dos inativos do serviço público, mas ouviu a mesma argumentação da semana passada — a falta de tempo para esta votação.

Os líderes da base governista e das oposições ponderaram que existia uma diferença de apenas R\$ 3,50 entre a proposta do Congresso e a do Executivo e não havia sentido insistir em R\$ 176,50. O relator-geral propôs então o corte de R\$ 500 milhões nos in-

vestimentos federais para o próximo ano, o que redirecionaria à Previdência Social os R\$ 2,8 bilhões para que ela garanta o pagamento do mínimo de R\$ 180 a 12,3 milhões de aposentados. À noite, o Palácio do Planalto não concordou com o uso de dinheiro dos investimentos no mínimo.

— Se os projetos de combate à sonegação e à elisão fiscal não renderem pelo menos R\$ 1,7 bilhão, o governo está autorizado a cortar dinheiro das emendas dos parlamentares — afirmou várias vezes Amir Lando, para quem os projetos de combate à sonegação devem aumentar a arrecadação no mínimo em R\$ 3,4 bilhões no próximo ano.

No final, os líderes dos partidos governistas acertaram com os representantes do governo a



Reunião entre os líderes: se necessário, parlamentares vão abrir mão das emendas para viabilizar o aumento

desobstrução da pauta de votações da Câmara, para que entrem os projetos contra a sonegação. Dos quatro projetos com urgência constitucional, só ficaria um, o que regulamenta a previdência complementar dos funcionários públicos. No início da noite, a Câmara aprovou este projeto.

DE ONDE DEVE SAIR DINHEIRO PARA FINANCIAR O SALÁRIO MÍNIMO DE R\$ 180

| FONTES | QUANTO RENDERÁ | DO QUE DEPENDE |
|---|--|--|
| Uso da verba do Orçamento destinada às emendas parlamentares (reserva de contingência) | R\$ 1,6 bilhão | Os líderes da base governista devem se manifestar sobre o assunto. Eles haviam concordado que apenas metade da verba fosse para o mínimo |
| Aprovação de projeto de lei complementar que permite à Receita ter acesso à movimentação bancária de suspeitos de sonegação | R\$ 9 bilhões, conforme estudo dos economistas do Congresso. O relator usará R\$ 1,2 bilhão para o salário mínimo. As emendas dos parlamentares ficarão condicionadas à arrecadação que superar R\$ 1,2 bilhão | Passou pelo Senado e, na Câmara, recebeu substitutivo que o modifica bastante. Se aprovada a mudança, o projeto voltará ao Senado |
| Aprovação de projeto que permite à Receita usar dados de recolhimento da CPMF | O projeto complementa a proposta acima. Chegou à Câmara dia 16 e terá de ser votado também no Senado | Não deve alterar a previsão de receitas adicionais |
| Aprovação de projeto que pune o uso abusivo de brechas da lei para redução de IR a pagar (elisão fiscal) | Tanto o Executivo quanto os economistas do Congresso acham difícil fazer o cálculo | Já tem parecer favorável na Câmara. Se aprovada, a proposta seguirá depois para o Senado |

Novo projeto contra sonegação

Um novo projeto, enviado neste mês pelo governo ao Congresso, pode ajudar a criar as fontes de arrecadação necessárias ao aumento do salário mínimo. Ele autoriza a Receita Federal a usar informações sobre o pagamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) para investigar pessoas e empresas que movimentam altas quantias sem declará-las no Imposto de Renda.

O projeto, que deve ser apreciado em regime de urgência a pedido do Executivo, soma-se a dois outros já levados em conta no cálculo das receitas necessárias ao aumento do mínimo. São os que prevêm o combate à elisão fiscal e a flexibilização do sigilo bancário, para combater a sonegação. Pelos cálculos do governo, eles poderão render R\$ 1,2 bilhão aos cofres públicos. Somente para o salário míni-

mo, o relator do projeto de Orçamento, senador Amir Lando (PMDB-RO), prevê a utilização de R\$ 1,7 bilhão proveniente dessa fonte.

Não houve avanço, porém, com a proposta de cobrança de contribuição dos inativos do serviço público. Os próprios líderes da base governista reconhecem a dificuldade em aprová-la, embora a medida seja defendida pelo governo. “Não seria realista pensar em sua aprovação neste ano”, afirmou o líder do PSDB na Câmara, Aécio Neves (MG). Mas a base governista não abandonou a idéia.

Tanto que o líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), chegou a sugerir aos demais líderes uma mudança no texto inicial, que isentasse os inativos que ganham menos e cobrando mais de quem ganha mais. Os líderes partidários ficaram de estudar o assunto.

Deficiente pode ter acesso facilitado a bens coletivos

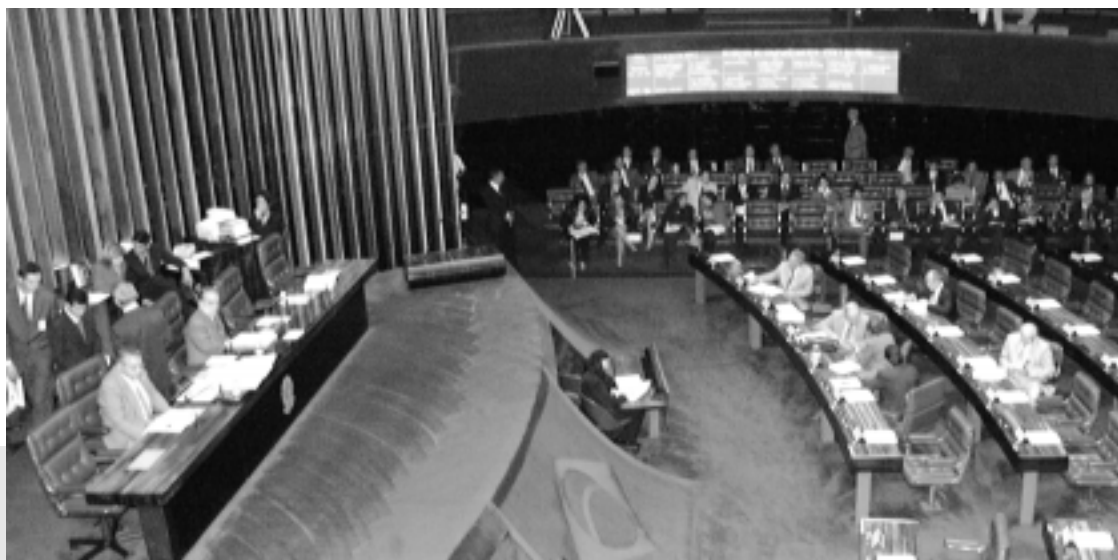
Com a aprovação do Senado, vai à sanção do presidente da República projeto de lei que determina a supressão de barreiras impeditivas da livre movimentação dos portadores de deficiências físicas nas vias e nos espaços públicos

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei, de autoria do Executivo, que beneficia pessoas portadoras de deficiência, estabelecendo normas gerais que tratam do acesso a bens e serviços coletivos. A proposta, que vai à sanção presidencial, trata da supressão de barreiras nas vias e espaços públicos e estabelece critérios básicos para o mobiliário urbano, a construção e a reforma de edifícios e os meios de transporte e de comunicação. A proposta prevê também a criação do Programa Nacional de Acessibilidade.

Em seu parecer, o relator da matéria na CAS, senador Geraldo Cândido (PT-RJ), observa que um dos aspectos mais importantes do projeto é a promoção de campanhas educativas para focar as dificuldades enfrentadas pelos portadores de deficiência. Na discussão do projeto ontem à tarde, o senador fez um apelo pela apro-

vação, uma vez que no próximo dia 3 de dezembro comemora-se o Dia Nacional do Deficiente Físico. Geraldo Cândido lembrou que a Organização Mundial da Saúde estima que no Brasil existem 15 milhões de portadores de deficiência.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), relator da matéria na CCJ, acentuou a importância de que as estruturas dos governos estaduais e as prefeituras se preparem para efetuar as modificações necessárias determinadas na lei. "Caso contrário", frisou, "ela se tornará inócua". A senadora Heloísa Helena (PT-AL) fez um apelo para que os gabinetes dos senadores disponibilizem uma cota de impressão de material em braile, destinado aos deficientes visuais. O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), autor de algumas emendas ao projeto, disse que se pode avaliar o grau de civilidade de uma nação pela garantia dada aos di-



No Plenário, os senadores destacaram a importância do projeto para os 15 milhões de deficientes no Brasil

reitos dos deficientes.

O senador Tião Viana (PT-AC) lembrou requerimento de sua autoria, já deferido pela Mesa no mês de março, solicitando estudo para que as instalações do Congresso sejam adequadas ao livre

tráfego dos portadores de deficiência.

— Espero que nós possamos dar o exemplo de solidariedade. Faça um apelo ao presidente do Senado, senador Antonio Carlos Magalhães, para que antes que se

encerre o seu mandato, esta Casa esteja ajustada para acolher os portadores de deficiência física. O Congresso Nacional pode dar esse passo de vanguarda e ajustar a sua arquitetura a essa minoria — afirmou o senador.

Senado aprova regulamentação do trabalho de menor aprendiz

Menores entre 14 e 16 anos só poderão trabalhar na condição de aprendiz. O menor receberá o chamado salário mínimo/hora e terá jornada de trabalho de, no máximo, seis horas diárias, não podendo haver prorrogação ou compensação de jornada. Projeto de



Moreira Mendes deu parecer favorável à proposta na CAS

autoria do Poder Executivo com essas determinações, adaptando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) às normas constitucionais, foi aprovado ontem pelo Senado Federal. A matéria, que teve como relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o senador Moreira Mendes (PFL-RO), já havia sido aprovada pela Câmara dos Deputados e agora vai à sanção presidencial.

O projeto determina que, antes dos 16 anos, o menor fica proibido de trabalhar, mas poderá frequentar programas de aprendizagem e cursos de formação técnico-profissional após os 14 anos. Ao completar 18 anos, o contrato de aprendizagem fica automaticamente extinto. Poderá ser suspen-

so antes disso, caso o aprendiz apresente desempenho insuficiente, inadaptação ao aprendizado, falta disciplinar grave ou ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo.

A lei cria um contrato de trabalho especial, de aprendizagem, a ser regis-

trado na carteira de trabalho, em que o empregador se compromete a assegurar ao menor formação técnico-profissional. Os locais que empreguem menores terão obrigatoriamente horários e locais que permitam sua frequência à escola, caso o aprendiz não tenha concluído o ensino fundamental. Os menores deverão frequentar os cursos dos serviços nacionais de aprendizagem, espalhados por todo o país. Nos municípios em que esse serviço não existir, os aprendizes terão direito de utilizar as escolas técnicas de educação e entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a educação profissional e a assistência ao adolescente.

Proposta facilita inserção de jovens no mercado, diz relator

Durante a discussão do projeto de lei que limita aos menores entre 14 e 16 anos o trabalho na condição de aprendiz, o senador Moreira Mendes disse que a principal inovação da proposta é a permissão para que escolas técnicas e entidades educacionais sem fins lucrativos formem mão-de-obra. Pela legislação atual só o Serviço Nacional de Aprendizagem pode fazê-lo. "O projeto potencializa a inserção de jovens no mercado de trabalho", disse o senador, que foi relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Moreira Mendes lembrou ainda que o contrato de trabalho de aprendizagem, instituído no texto aprovado pelos senadores, respeita toda a legislação trabalhista, mesmo determinando uma redução na contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que cai de 8% para 2%. O senador Arlindo Porto (PTB-MG) destacou a importância de proibir a exploração do trabalho infantil e considerou favorável que o jovem possa buscar o



Arlindo Porto destacou a importância do projeto para proibir a exploração do trabalho infantil

aprendizado no trabalho.

O senador José Jorge (PFL-PE) observou que a legislação permitirá ao aluno estar ao mesmo tempo na escola e no trabalho, garantindo maior integração na sua formação profissional. O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) posicionou-se favoravelmente à proibição do trabalho de menores e classificou a criação da figura do aprendiz uma solução intermediária entre a proibição total e a liberação de trabalho nessa faixa etária.

Aprovadas concessões de emissoras de rádio

O Senado aprovou ontem decretos legislativos renovando e outorgando concessões e permissões às seguintes emissoras:

Fundação Bom Jesus de Rádio e Televisão, de Pindamonhangaba (SP); Fundação Dom Bosco, de Campo Grande (MS); Rádio Globo Eldorado, do Rio de Janeiro (RJ); e Associação Comunitária de Rádio, de São João do Piauí (PI). As matérias foram aprovadas com abstenção dos senadores do Partido dos Trabalhadores e vão à promulgação.

CCJ aceita indicação de novo ministro para o STJ

Desembargador Sebastião de Oliveira Castro Filho, integrante do Tribunal de Justiça de Goiás, ainda terá seu nome submetido ao Plenário. Conforme o relator, Iris Rezende, o indicado é “uma criatura exemplar”

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram, em votação secreta, parecer favorável à indicação do desembargador Sebastião de Oliveira Castro Filho para ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Integrante do Tribunal de Justiça de Goiás e indicado pelo presidente da República, Castro Filho depende ainda da aprovação do Plenário do Senado. O parecer recebeu 12 votos favoráveis e apenas um contrário.

Em sua exposição, Castro Filho declarou-se honrado com a indicação

feita pelo presidente da República, com o apoio do Tribunal de Justiça de Goiás e dos ministros do STJ. O desembargador, que é mineiro e tem 30 anos de serviços prestados à magistratura de Goiás, agradeceu a Deus pela indicação. Caso aprovado, ele será

o primeiro juiz em exercício em um estado do Centro-Oeste a exercer o cargo de ministro no STJ.

— A luz do Espírito Santo não há de nos faltar neste momento, nem nos nossos próximos passos. Aprovada a indicação, pre-

tendo chegar ao STJ com a consciência de ter vindo de um estado e de uma região que nunca contaram com representante no STJ. Fato que, além de orgulhar, traz a consciência da grande responsabilidade que representa — afirmou.

Castro Filho alertou para o fato de os tribunais estarem “abarratados por uma plethora de processos”, o que leva a Justiça a ficar desacreditada junto à opinião pública, pela demora da prestação jurisdicional. Para ele, o número de ações ajuizadas no STJ e no Supremo Tribunal Federal

(STF) “é algo de assustar” e, a continuar, a situação pode levar ao estrangulamento do Judiciário no país.

Relator da indicação de Castro Filho, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) ressaltou o fato de o presidente Fernando Henrique Cardoso ter destinado ao Centro-Oeste a vaga aberta no STJ, que deve ser ocupada por um desembargador de Tribunal de Justiça, já que a região não tem representantes no STJ, STF, Superior Tribunal Militar e Tribunal Superior do Trabalho. Iris destacou ainda que Castro Filho foi indicado por unanimidade pelo TJGO para o cargo, e que obteve o apoio da maioria dos ministros do STJ para ocupar a primeira posição na lista tripli-

ce encaminhada ao presidente da República.

— Conheço com profundidade a sua vida familiar, de cidadão, de juiz. O desembargador é, na verdade, uma criatura exemplar, que serve de referência, que chega a esta posição sem máculas em sua carreira — disse Iris, ao afirmar que sua relatoria deve ser entendida como uma homenagem do estado de Goiás ao desembargador.

Como relator, Iris afirmou que Castro Filho será referência no tribunal “pela competência, de-

terminação, capacidade de trabalho e vontade de servir à magistratura, ao Poder Judiciário e a seu país”. Ele agradeceu ao presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), por ter convocado reunião extraordinária e, assim, permitir que haja tempo hábil para a posse dos indicados até o final do ano. Caso tenha seu nome aprovado pelo Plenário, Castro Filho irá ocupar a vaga aberta pela aposentadoria do ministro Eduardo Andrade Ribeiro de Oliveira.



Castro Filho pode ser o primeiro representante do Centro-Oeste no STJ



Senadores da CCJ votaram duas indicações feitas pelo presidente da República

Comissão aprova mulher para chefiar a Defensoria Pública Geral da União

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) também aprovou a indicação de Anne Elisabeth Nunes de Oliveira para chefiar a Defensoria Pública Geral da União. Na ocasião, ela reclamou do número reduzido de defensores públicos da União para exercer, segundo a Constituição de 1988, a função de prestar assistência jurisdicional aos que não têm condições de contratar advogados.

Apesar das dificuldades, Anne Elisabeth informou que o concurso público para contratação de 82 defensores públicos deve ser concluído em breve e que há possibilidade de realização de convênios com as universidades para que estagiários trabalhem na Defensoria.

— Hoje o Legislativo conhece a importância da Defensoria Pública para fortalecimento da democracia, ao possibilitar o acesso dos menos favorecidos à cidadania — afirmou.

Como relator da indicação, o se-

nador José Fogaça (PMDB-RS) destacou que Anne Elisabeth integra a carreira da Defensoria e há mais de três anos ocupa a Subdefensoria. Ele indagou sobre a assinatura de convênios entre a Defensoria da União e as defensorias estaduais para prestar

assistência junto aos recém-criados juizados especiais federais, o que, no seu entender, “multiplicará a demanda de maneira incalculável”.

Anne Elisabeth comentou que não há restrições para firmar convênios, mas as defensorias dos estados, mesmo as mais bem estruturadas, não têm condições de assumir essa obrigação, que é da União. Para ela, a medida mais eficiente e até mesmo econômica seria a contratação de maior número de defensores públicos da União.



Anne Elisabeth Oliveira é indicada para chefiar a Defensoria Geral da União

Agripino pede convênios que garantam atendimento

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, José Agripino (PFL-RN), cobrou de Anne Elisabeth Nunes de Oliveira a assinatura de convênios entre a União e as defensorias estaduais, tão logo assumira o cargo de defensora pública geral da União. Para o senador, a maioria da população não tem condição de pagar um advogado, cabendo ao Estado prestar assistência jurídica e extrajudicial gratuita e integral aos mais necessitados.

José Agripino fez a cobrança depois de a comissão aprovar o nome de Anne Elisabeth para o cargo de defensora pública da União. Na exposição de motivos, Anne Elisabeth garantiu que realizará os convênios. Para José Agripino, “o espírito público e a cidadania devem estar em primeiro lugar para quem ocupar a função”.

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) comunga com o pensamento do presidente da CCJ. Mas entende

que a indicada deve lutar para que a Defensoria Pública da União seja, de fato, um verdadeiro instrumento de defesa e de valorização do cidadão, principalmente dos mais necessitados.

Iris Rezende acha que a Defensoria ainda não está devidamente estruturada para prestar serviços ao cidadão, nos moldes previstos pela Constituição de 1988. Por isso entende que, ao ocupar o cargo, que ainda necessita de aprovação pelo Plenário do Senado, Anne Elisabeth deve “realizar o sonho”, ou seja, dotar o órgão de todos os instrumentos necessários em benefício da população brasileira.

— Também compete ao Legislativo e ao Executivo dotarem a Defensoria Pública de todos os mecanismos para que, na prática, cumpra a sua função social. Afinal de contas, esse órgão vem sendo injustiçado, apesar da sua importância perante a estrutura de poder — disse Iris.

Os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), Pedro Simon (PMDB-RS), Maguito Vilela (PMDB-GO) e Edison Lobão (PFL-MA) enalteceram a aprovação do nome de Anne Elisabeth para exercer o cargo de defensora pública geral da União.

Eles também destacaram a aprovação do nome do desembargador Sebastião de Oliveira Castro Filho para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Maguito Vilela disse que Castro Filho foi, durante anos, juiz da cidade goiana de Jataí, e que durante esse período conquistou respeito de toda a população. “Ele vai digni-

ficar e honrar o STJ e a Justiça brasileira como um todo”, sentenciou. Ramez Tebet disse que o presidente Fernando Henrique acertou nas duas indicações. Mas também cobrou o fortalecimento das defensorias públicas estaduais, de modo a atender aos mais necessitados.

Para José Agripino, o desembargador Castro Filho “deixa a impressão de ser um homem qualificado para exercer o cargo de ministro do STJ”.



José Agripino: maioria não pode pagar advogado

Senado decide se convoca general Cardoso para esclarecer denúncias contra a Abin

O Plenário também deve votar hoje alterações propostas no Conselho Deliberativo da Sudene e projetos de decreto legislativo para a renovação da concessão de quatro emissoras de rádio

O Senado decide hoje se convoca o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Alberto Cardoso, para prestar ao Plenário esclarecimentos sobre as operações da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). De autoria do senador Jefferson Péres (PDT-AM), o requerimento decorre de matéria publicada pela revista *Veja* sobre o envolvimento de agentes da agência em operações estranhas às suas finalidades institucionais.

Jefferson diz que a revista documenta que a Abin vem servindo a interesses obscuros dos atuais de-

tentores do poder, "o que traz à memória dolorosas lembranças do tempo em que o famigerado SNI funcionava como mola mestra de um sistema repressivo e de violação dos direitos humanos".

O Plenário também deve votar hoje projeto do senador Freitas Neto (PFL-PI) que inclui os municípios nordestinos entre os integrantes do Conselho Deliberativo da Sudene. Ele argumenta que é nos municípios que se fazem os investimentos e que se conduzem os trabalhos organizados pela Sudene, "cabendo-lhes portanto voz ativa nas decisões atribuídas ao Con-

selho". Freitas Neto deseja que as reuniões do conselho da Sudene contem com uma entidade municipal de credibilidade e representatividade, que congregue a maioria dos municípios da região. Seu projeto disciplina a escolha desse representante.

Na mesma sessão, serão votados os decretos legislativos destinados a renovar a concessão de funcionamento das seguintes emissoras: Rádio Interativa, de Aguiá (SP); Rádio Belo Horizonte (MG); MR Radiodifusão, de Urbano Santos (MA); e Associação de Comunicação, Cultura e Desporto, de Elesbão Veloso (PI).



Para Jefferson, as matérias de *Veja* trazem à memória os tempos do "famigerado SNI"

CAS avalia a proibição de transgênicos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa hoje projeto da senadora Marina Silva (PT-AC), relatora favoravelmente por Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que proíbe por cinco anos o plantio e a comercialização no país de alimentos geneticamente modificados.

Alcântara destaca os riscos para os ecossistemas e a saúde humana do consumo dos produtos conhecidos como transgênicos. Também é de Marina projeto que cria reserva do Fundo



Marina: reserva para estados que preservam

de Participação dos Estados (FPE) para estados que mantenham unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas em seus territórios. O parecer do relator, Juvêncio da Fonseca (PFL-MS), também é pela aprovação.

A pauta da CAS prevê a discussão de 15 projetos. Entre eles, proposta de Lúcio Alcântara que isenta os doadores de sangue do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos.

Presidente do BNDES discute Plano Quinquenal

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Francisco Gros, vai debater a partir das 17h de hoje, com os senadores que integram a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o novo Plano Estratégico Quinquenal da instituição. A audiência pública foi requerida pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Os senadores querem informações, principalmente, sobre a política estratégica do BNDES para os próximos anos, principalmente com relação às exportações, o apoio às pequenas e médias empresas, a modernização do setor produtivo e o desenvolvimento regional e privatização.

Ainda hoje, na parte da manhã, a CAE receberá diretores do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Eles vão expor as atividades do órgão, que é vinculado ao Ministério da Justiça. A reunião está marcada para as 10h. O requerimento de convocação é do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Ministro fala à CE sobre Lei de Entorpecentes

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, participa hoje de audiência pública na Comissão de Educação (CE) para discutir detalhes do projeto que altera a Lei de Entorpecentes.

O relatório do senador Artur da Távola (PSDB-RJ) preconiza a necessidade de tratamento médico para o usuário de drogas, evitando a punição de caráter criminal. Já o produtor, o traficante e o vendedor de drogas

ilícitas devem, de acordo com o texto do relator, cumprir pelo menos o primeiro terço das penas sob regime fechado.

A audiência pública, que será realizada por requeri-

mento da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), contará também com a participação do ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça Luiz Vicente Cernicchiaro, que está redigindo a nova versão do Código Penal; do ex-presidente do Conselho Federal de Entorpecentes Luiz Mathias Flack; e do médico sanitário e coordenador do Programa Nacional de Doenças Transmissíveis e Aids, Paulo Teixeira.



Távola defende tratamento médico para os usuários

CCJ vota regras para casos de investigação de paternidade

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vota hoje projeto, do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que inclui no Código Civil a possibilidade de apresentação de provas científicas nos casos relacionados com investigação de paternidade. A proposta beneficia inclusive quem já perdeu ações dessa natureza e não contava à época com recursos como os testes de DNA. No caso, o interessado poderá entrar na Justiça com um pedido de revisão do processo.

Na justificativa da proposta, o senador compara essa revisão com os casos das ações de alimentos, quando uma das partes pede que seja atualizada decisão, em função de alterações econômicas individuais. A decisão judicial na investigação de paternidade será considerada irreversível apenas quando for baseada na apresentação de provas científicas, no caso, o teste de DNA.

A proposta também inova quando permite que a mulher ou o filho cuja paternidade está sendo questionada possam tomar a iniciativa de propor ação judicial para resolver a questão. Pela lei atual, somente aos homens é garantido esse direito. Cabral diz que o seu objetivo é quebrar o "tabu que consiste no fato de as pessoas interessadas em esclarecer a própria filiação se verem impedidas de solucionar tal problema". Além disso, enfatiza o senador,

"a mulher é uma das pessoas interessadas na questão, devendo-se permitir que produza a prova que desejar". Somente a mera confissão extrajudicial continua não sendo admitida como prova. Cabral esclarece que, mesmo nos casos confirmados de adultério da mulher, apenas a prova científica poderá ser apresentada no questionamento da paternidade.

O projeto também pretende adequar o texto do Código Civil às demandas da sociedade moderna, quando estabelece como tendo paternidade presumida os filhos nascidos por inseminação artificial condicionada à prévia autorização do marido ou companheiro. A presunção significa que a lei reconhece a relação de paternidade até que seja apresentada prova em contrário. A matéria será apreciada em caráter terminativo.

A CCJ examina também substitui-

tivo ao projeto de lei de autoria do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que torna inelegíveis por três pleitos os candidatos cuja prestação de contas relativa à campanha eleitoral tenha sido rejeitada. O projeto original acrescenta artigos à Lei 9.504 prevendo nova hipótese de inelegibilidade. O relator, senador Amir Lando (PMDB-RO), entende que a matéria deve ser tratada em lei complementar e propõe a manutenção dos termos do projeto, mas em modificação à Lei Complementar 64.

Outras dez matérias estão na pauta de votação da CCJ. Entre elas, proposta de emenda constitucional (PEC), de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP), que trata da constituição de guardas municipais; projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados dispendo sobre a relação entre o Estado e os fundos de pensão a ele vinculados; e projeto de lei, do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que torna gratuita a emissão da primeira carteira de identidade.



Cabral vê ameaça à Zona Franca de Manaus

Senador critica o resultado da votação da nova Lei de Informática na CAE. Ele considera o texto aprovado contrário à Constituição e adianta que, se for mantido pelo Plenário, recorrerá ao Supremo Tribunal Federal

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) criticou o resultado da votação da nova Lei de Informática na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), por entender que a classificação de monitores de vídeo e de telefones celulares como bens de informática e, portanto, passíveis de receber incentivos fiscais quando fabricados em qualquer estado da Federação, compromete a sobrevivência da Zona Franca de Manaus.

Cabral alertou que, se a proposta não puder ser modificada na votação em Plenário, ele baterá às portas do Supremo Tribunal Federal. "É clara a Constituição, ao afirmar que incentivos fiscais serão usados para combater desigualdades regionais, como acontece em relação à Zona Franca de Manaus. Portanto, não devem favorecer grandes empresas globalizadas como IBM e Solectra, sediadas nos estados desenvolvidos", disse.

O senador ressaltou que não defende exclusividade de tratamento para a Zona Franca de Manaus, sendo favorável à extensão desses incentivos fiscais a empresas com sede em regiões pobres do Brasil como o Norte, o Nordeste e o Centro Oeste. "Mas é evidente que não queremos perder competitividade em setores já instalados", afirmou.

Cabral argumentou, ainda, que os nove anos de expressivos be-



Bernardo Cabral: incentivos não devem favorecer grandes empresas globalizadas

nefícios fiscais concedidos a gigantes empresas multinacionais não conseguiram implantar, no Brasil, um parque produtor de componentes eletrônicos, semicondutores, partes e peças. Como resultado, o déficit na balança comercial do setor eletrônico foi, em 1999, de US\$ 6,7 bilhões. Somente a importação de componentes eletrônicos, em 1999, somou US\$ 9,8 bilhões, garantiu.

O senador pelo Amazonas afirmou que a ampliação da política de concessão de incentivos fiscais a empresas globalizadas controladas por capital externo, com sede nos estados mais desenvolvidos do país, além de desprezar a Constituição, não atende aos interesses brasileiros. "Acredito haver, até, possibilidade de que essas empresas venham a remeter divisas para o exterior", concluiu.

Alcântara sugere cautela no exame do financiamento público de campanhas

O financiamento público de campanhas precisa ser analisado com cautela e cuidado. O alerta foi feito ontem pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), ao lamentar as notícias de que o governo federal pretende suspender o programa de distribuição de cestas básicas para a faixa mais pobre da população. Segundo ele, essa decisão pode até ter uma explicação técnica mas, do ponto de vista humano, não vai encontrar nenhum respaldo. O senador disse que prefere aguardar para ver se o programa será realmente suspenso e, caso isso ocorra, que alternativas serão implementadas.

Segundo Lúcio Alcântara, o único motivo que ainda o faz "olhar com alguma simpatia" para a proposta de financiamento público de campanhas é o fato de que partidos pequenos teriam um mínimo de recursos para participar das eleições. Ele observou que R\$ 760 milhões a cada dois anos representam muito dinheiro para o Brasil, que já destina R\$ 50 milhões para o Fundo Partidário e repassou, em 1998, R\$ 83 milhões para as emissoras de rádio

e TV, como ressarcimento pelo tempo utilizado no horário eleitoral.

Alcântara revelou ter feito um cálculo, com base nos 372 mil candidatos a vereador e prefeito nas recentes eleições. Segundo ele, cada candidato teria direito a R\$ 2 mil reais. "É preciso fazer contas e ver onde queremos chegar", afirmou. O senador sugeriu o estabelecimento de um piso mínimo que garanta recursos aos partidos que não têm condição de captar recursos junto à iniciativa privada.

Ramez Tebet (PMDB-MS) lembrou que, dos R\$ 100 milhões previstos para o programa das cestas básicas em 2000, o governo liberou apenas R\$ 38 milhões. "Se formos distribuir R\$ 760 milhões entre todos, vai redundar numa cesta básica para cada candidato", calculou. O financiamento público de campanhas, para Tebet, é "no mínimo, inoportuno", pois os indicadores sociais não possibilitam explicar esse financiamento à opinião pública.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) admitiu que a idéia do financiamento é sedutora, mas está



Lúcio Alcântara propõe um piso que garanta recursos aos pequenos partidos

sendo ignorado o poder de influência das redes de TV, de rádio e de jornais em favor de determinados candidatos, "o que não é quantificável em moeda". Requião afirmou que os parlamentares estão raciocinando em cima de uma situação de pânico e acrescentou que é "estúpida" a idéia de um Estado neoliberal, com uma economia capitalista, querendo fazer campanha eleitoral socialista e franciscana. Ele concordou com a sugestão de se garantir um piso mínimo de recursos.

Um debate longo, com tempo para maturação, e um plebiscito seriam o ideal para o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ). Ele acredita que o povo deve decidir se quer ou não a democracia no Brasil. "Se quiser a democracia, tem que estar disposto a financiá-la. A democracia não pode estar à mercê de financiamentos interessados", alertou.

ACM quer inquérito para apurar corrupção na Sudam

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse ontem que o governo não deve se limitar a demitir os responsáveis por irregularidades na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Ele pediu a abertura de inquérito para que o país possa ser ressarcido de possíveis prejuízos decorrentes de desvios na instituição.

Em continuidade a pronunciamento feito na segunda-feira, quando pediu providências do presidente da República em relação às denúncias, o presidente do Senado disse ter tomado conhecimento de que o secretário-geral do Ministério de Integração Nacional, Maurício Vasconcelos, e o superintendente da Sudam, Hélio de Al-

meida, teriam sido afastados dos seus cargos.

— É pouco — afirmou, defendendo ainda o afastamento dos demais diretores da Sudam.

Segundo Antonio Carlos, o senador Jader Barbalho lançou nota à imprensa em que teria dito que a diretoria da Sudam é competente, "dando seu aval àqueles por ele indicados".

Insistindo na necessidade de um inquérito para submeter corruptos e corruptores às medidas penais cabíveis, Antonio Carlos disse não ter dúvidas de que, "provado que um senador participou de atos de improbidade na Sudam", o Senado dará licença para a instauração de processo contra ele.

— Temos que dar licença para

processar senadores que maculam o Congresso Nacional. Este é dos que maculam. As acusações são sérias e envolvem um senador que é presidente de um partido — insistiu. Ele convidou os demais senadores a selarem um pacto: "Quando estiver em jogo minha honestidade, ponho em jogo também meu mandato. Quem não tiver vida decente que renuncie a seu mandato".

Antonio Carlos também agradeceu ao ministro do Desenvolvimento Nacional, Fernando Bezerra, pelo afastamento dos dois funcionários, mas reiterou que "o assunto não acaba com isso". O senador apelou ao presidente da República para que o assunto não seja dado como acabado e insistiu na necessidade de "apurar quem ganhava dinheiro da Sudam, quem nomeou superintendentes e ainda hoje os coloca como honestos".

Jader Barbalho divulga nota sobre denúncias

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) divulgou ontem a seguinte nota a respeito de denúncias de corrupção na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia:

"1 — Sobre as denúncias em torno de projetos que tramitam na Sudam, entendo que todos os fatos devam ser apurados para que não parem dúvidas sobre a instituição e seus servidores, constituída por um corpo técnico e administrativo competente e dedicado.

"2 — Com relação a matéria 'preparada pela assessoria de ACM', evidentemente constitui mais uma leviantada e cortina de fumaça levantada para esconder, dentre tantas denúncias de corrupção, o Processo 95.010045-

1/Inquérito Policial nº 2-1759/94, tramitando na Justiça Federal de São Paulo, que apura fraude cambial, sonegação fiscal e contas no exterior, com desvio de valores na ordem de US\$ 500 milhões, no qual são investigados sócios e familiares do presidente do Senado.

"3 — As denúncias envolvendo o secretário particular Rubens Galerani em 'negócios' com a administração do Senado Federal e o envolvimento em outros escândalos domésticos com dinheiro público, divulgados pela imprensa no último final de semana, certamente ampliaram o destempero e o desequilíbrio do senador."

JADER BARBALHO
Senador

Pimenta da Veiga será ouvido sobre a situação da Rede TV!

Na Comissão de Educação, ministro e diretores da emissora falarão dos compromissos assumidos pelos compradores da Rede Manchete

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem requerimento convocando o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, o procurador da República André de Carvalho Ramos e diretores da Rede TV! para que prestem esclarecimentos sobre a renovação da concessão da emissora,



Geraldo Cândido foi o autor do requerimento aprovado pela CE

que obteve a transferência da concessão da extinta TV Manchete, e dos acordos trabalhistas assumidos por seus atuais controladores. Também serão ouvidos representantes dos funcionários da emissora. O requerimento foi apresentado pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ).

Os senadores entendem que, diante do descumprimento do compromisso firmado pela Rede TV!, que não teria bancado as dívidas trabalhistas da extinta TV Manchete, é necessário esclarecer e contornar essa situação antes que a concessão da emissora seja renovada pelo Senado. O presidente do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, Edgard Tavares, acompanhou a votação do requerimento. Segundo ele, cerca de 1.400 funcionários da antiga TV Manchete "nunca rece-

beram aquilo que lhes asseguram seus direitos trabalhistas". Ele disse que a audiência pública proposta pelos senadores deixa os funcionários mais confiantes quanto a um desfecho favorável.

RÁDIOS

Na mesma reunião, a CE aprovou nove projetos de decreto legislativo outorgando ou renovando permissão para as seguintes rádios ou entidades: Associação Cultural Comunitária Cerqueirense, em Cerqueira César (SP); Associação Vale do Araguaia de Desenvolvimento Artístico Cultural, em São Miguel do Araguaia (GO); Fundação Cultural Educacional

Cândido protesta por atraso no envio de informações

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) cobrou ontem em Plenário resposta a requerimento de informações encaminhado ao ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, no dia 25 de outubro último. No documento, Cândido perguntou ao ministro sobre os termos da transferência dos direitos de radiodifusão de sons e imagens da TV Manchete para a TV Ômega nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Fortaleza e São Paulo.

Com base na Constituição federal, Cândido pediu, por meio de questão de ordem, o enquadramento de Pimenta da Veiga em crime de responsabilidade, já que o ministro não teria atendido ao requerimento no prazo de 30 dias. O presidente da sessão e vice-presidente do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN), esclareceu que a resposta do ministro deu entrada na Mesa do Senado na última segunda-feira e seria encaminhada a Geraldo Cândido.

Melodia de Cataguases, em Cataguases (MG); Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Carmo do Paranaíba, na cidade do mesmo nome (MG); Fundação Francisco Cambraia, em Itapetecica (MG); Rádio Inconfidência, de Belo Horizonte (MG); Rádio Montes Claros, em Montes Claros (MG); Rádio Guarani, de Belo Horizonte (MG); e Fundação Educativa de Rádio e Televisão Ouro Preto, em Ouro Preto (MG). Os projetos agora irão ao Plenário.

CAE discutirá acordo com FMI e fragilidades da Serasa

Cinco requerimentos para realização de audiências públicas foram aprovados ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Três deles são relacionados com reportagem veiculada na TV Bandeirantes sobre a Serasa, empresa que presta serviço de proteção ao crédito. Os outros dois requerimentos pedem debates sobre o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o programa de construção de casas populares.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) pediu que prestem depoimento à comissão os advogados paranaenses Edson Galdino Vilela de Souza e Edilson Galdino Vilela de Souza, que denunciaram a manipulação de cadastros pessoais envolvendo a empresa. Segundo o senador, até os dados do presidente Fernando Henrique Cardoso foram exibidos

na reportagem, comprovando a fragilidade do sistema.

Em outro requerimento, Eduardo Siqueira Campos pede também o depoimento do presidente da Serasa, Elson Aníbal de Lucca. Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) solicitou a vinda dos diretores de Fiscalização e Normas e de Organização do Sistema Financeiro do Banco Central, Tereza Grossi e Sérgio da Silva Alves, para falar sobre o assunto levantado pela reportagem.

A CAE também aprovou o pedido do senador Lauro Campos (PT-DF) para debater o acordo entre o Brasil e o FMI, firmado em dezembro de 1998. Estarão presentes re-



Eduardo Siqueira Campos teme uso irregular de cadastros

presentantes do Ministério da Fazenda, do Banco Central, do Fundo Monetário, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Força Sindical e do MST.

O presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), foi outro a pedir uma audiência pública, para que seja discutido o programa de construção de casas populares, que, segundo ele, está sendo implantado em todo o Brasil. Ele sugeriu que, além dos presidentes dos sindicatos de construtores estaduais, seja convidado o diretor da área habitacional da Caixa Econômica Federal.

CPI discute calendário para o próximo ano

A comissão mista parlamentar de inquérito que investiga o roubo de cargas em todo o país realiza, a partir das 10h de hoje, reunião de avaliação. A CPI, que tem prazo de encerramento previsto para dezembro do ano que vem, também discutirá sugestões para o calendário de 2001. É a primeira reunião da comissão depois das audiências públicas realizadas em São Paulo, estado em que ocorre pelo menos a metade dos desvios de cargas registrados no Brasil.

Na capital paulista, a CPI ouviu depoimentos



Romeu Tuma quer chegar aos receptores das cargas roubadas

de presidiários, policiais, empresários do setor de transportes, de seguradoras e também caminhoneiros.

Segundo o senador Romeu Tuma (PFL-SP), presidente da comissão, o objetivo das audiências foi tentar chegar aos receptores de cargas roubadas, responsáveis

por colocar esses produtos no mercado consumidor. Conforme dados fornecidos por associações de transportadoras, os prejuízos causados pelo desvio de cargas chega, anualmente, a cerca de R\$ 500 milhões no país.



Suplicy acusa multinacional de práticas desleais de comércio

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) denunciou ontem, no Plenário, a empresa multinacional Becton Dickson pela prática de *dumping* e *underselling*, a venda de produtos abaixo do custo para lesar o concorrente.

Segundo Suplicy, a empresa brasileira Labnew, com 100% de capital nacional e sede em Campinas (SP), que fabrica produtos para laboratório e coleta de sangue a vácuo, estaria sendo prejudicada pela Becton.

— Enquanto o governo brasileiro abre, cada vez mais, o mercado para empresas transnacionais, o Cade, que deveria proteger as empresas brasileiras da concorrência predatória, faz exatamente o contrário — disse, acusando o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) de inoperância.

Suplicy revelou que as práticas comerciais da multinacional são reconhecidamente ilegais, e que, em 1993, a Secretaria de Direito Econômico (SDE) levou o problema ao

Cade. Como a Becton apresentou o "compromisso de cessação", evitando assim o julgamento do processo em que era acusada, ficou desobrigada de qualquer punição.

Em 1998, no entanto, ainda segundo o senador, o Departamento de Defesa Comercial (Decom), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, abriu novas investigações e concluiu que a Becton persiste na prática de *dumping*. Suplicy salientou que os dirigentes da empresa norte-americana estão sendo processados por crime contra a ordem econômica.

— O processo está em vias de ser arquivado, sem que o plenário do Cade se manifeste acerca do descumprimento do compromisso de cessação — afirmou, apontando ainda para a aprovação, pelo Cade, sem qualquer restrição, dos negócios realizados pela Greiner Labortechnik, multinacional austríaca que teria auxiliado a Becton na prática de *underselling*.



Para Suplicy, o Cade não cumpre a função de coibir a concorrência predatória



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 28 DE NOVEMBRO DE 2000

1 Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1999 (nº 4.767/98, na Casa de origem). Presidente da República. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Pareceres sob nºs: 192/2000-CCJ, 1º pronunciamento (sobre o projeto), relator: senador Lúcio Alcântara, favorável; 1.127/2000-CCJ, 2º pronunciamento (sobre as emendas nºs 4 a 7-Plen), relator: senador Lúcio Alcântara, pela rejeição; 193/2000-CAS, 1º pronunciamento (sobre o projeto), relator: senador Geraldo Cândido, favorável, com as emendas nºs 1 a 3-CAS, que apresenta, assinando sem voto o senador Emandes Amorim e abstenção do senador Mazarildo Cavalcanti; e 1.128/2000-CAS, 2º pronunciamento (sobre as emendas nºs 4 a 7-Plen), relator: senador Geraldo Cândido, pela rejeição. Aprovado o projeto e as emendas nºs 1 a 3-CAS, de redação; rejeitadas as emendas nºs 4 a 7-Plen. À sanção.

2 Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2000 (nº 2.845/2000, na Casa de origem). Presidente da República. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 — Consolidação das Leis do Trabalho (proibição de trabalho do menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz). Parecer nº 1.129/2000-CAS, relator: senador Moreira Mendes, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, de redação, que apresenta. Aprovado o projeto e a Emenda nº 1-CAS, de redação. À sanção.

3 Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 2000 (nº 224/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Bom Jesus de Rádio e Televisão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pindamonhangaba, estado de São Paulo. Parecer nº 783/2000-CE, relator: senador Romeu Tuma, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido. Aprovado. À promulgação.

4 Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 2000 (nº 306/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Dom Bosco para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul. Parecer nº 868/2000-CE, relator: senador Lúdio Coelho, favorável. Aprovado. À promulgação.

5 Projeto de Decreto Legislativo nº 163, de 2000 (nº 321/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Globo Eldorado Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro. Parecer nº 984/2000-CE, relator: senador Hugo Napoleão, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido. Aprovado. À promulgação.

6 Projeto de Decreto Legislativo nº 216, de 2000 (nº 445/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio de São João do Piauí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Piauí, estado do Piauí. Parecer nº 1.108/2000-CE, relator: senador Freitas Neto, favorável. Aprovado. À promulgação.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — Saúde/Unip — História de um zoólogo — parte 2
6h30 — Cidadania — Sen. Ramez Tebet e Rosângela Magalhães, diretora do Depto. Penitenciário Nacional, falam sobre a realidade do sistema penitenciário
7h30 — Entrevista — Sen. Henrique Loyola fala sobre as alterações nos processos de inventários
8h — Jornal do Senado
8h30 — TV Escola — Crônicas da Terra — Cérebro
9h — Cores do Brasil — Falcão goiano
9h30 — Entrevista — Sen. Roberto Freire fala sobre as prisões especiais
10h — Comissão de Assuntos Econômicos (vivo)
Logo após — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)
14h30 — Sessão Plenária (vivo)
Logo após — Comissão de Relações Exteriores (vivo)
21h — Jornal do Senado
21h30 — Comissão de Educação (gravado)
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
9h — Comissão de Assuntos Sociais
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — A Voz do Brasil
Em seguida — Música e informação
20h30 — Senado em Linha Direta — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica — Sistema Digital:
• Satélite: B1
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 MHz
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
• Antena: 3,6 m
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s
• FEC: 3/4
Antena Parabólica — Sistema Analógico:
• Satélite: B1
• Transponder: 11 A-2 (canal 8)
• Polarização: Horizontal
• Frequência — 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telado) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 MHz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Comissão de Educação aprova a Universidade do Legislativo

UniLegis se constitui num efetivo projeto de democratização do ensino, segundo Antonio Carlos Magalhães, primeiro signatário da proposta

A Comissão de Educação aprovou ontem projeto de resolução proposto pela Mesa do Senado que cria a Universidade do Legislativo Brasileiro. O senador José Fogaça (PMDB-RS) apresentou parecer favorável à matéria, que agora vai ao Plenário.

Fogaça disse que a UniLegis, a ser criada no âmbito do Senado, estará voltada para a geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. A instituição, salientou o senador, deverá ser flexível o bastante para promover cursos, ciclos de estudos e de debates, conferências e simpósios, além do desenvolvimento de linhas de investigação científica, sem fazer uso de dispendiosa máquina administrativa e funcional.

Para Fogaça, a Universidade do Legislativo Brasileiro reflete o processo de modernização no Senado. Ele destacou a participação do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) como um dos realizadores da proposta, e parabenizou o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pela iniciativa.



Na reunião da Comissão de Educação, o relator, José Fogaça, disse que a proposta reflete o processo de modernização no Senado

O trabalho da UniLegis será feito por meio de diversos tipos de cursos, a partir de um currículo multidisciplinar que deve abranger áreas como processo legislativo, técnica legislativa, orçamento público, políticas públicas e gestão governamental, ciência política, ciência social, direito, língua portuguesa.

Segundo o projeto de resolução, a instituição utilizará o sistema de "universidade aberta" por meio do ensino a distância, um dos principais propósitos da iniciativa. Mas o ensino em sala de aula também fará parte

das atividades da UniLegis, que pretende oferecer cursos em nível de graduação e pós-graduação (*stricto e lato sensu*) em diferentes áreas e níveis, programas e cursos de extensão, fóruns, debates, seminários, congressos e conferências.

— A Universidade do Legislativo Brasileiro se constitui num efetivo projeto de democratização do ensino — afirma a justificativa do projeto, que tem como primeiro signatário o presidente do Senado e da Comissão Diretora, Antonio Carlos Magalhães.

OBJETIVOS DA UNILEGIS*

- Contribuir para a construção de uma sociedade justa e formação de cidadãos
- Colaborar no processo de integração e de modernização dos parlamentos brasileiros, nas esferas federal, estadual e municipal
- Estimular o intercâmbio com legislativos estrangeiros, visando à troca de experiências e ao mútuo aperfeiçoamento
- Formar, especializar e desenvolver, de forma continuada, recursos humanos que atuem nos três níveis do Poder Legislativo, mediante a oferta de cursos de graduação, pós-graduação, extensão e seqüenciais, em distintos níveis, na modalidade de cursos regulares e a distância
- Estimular o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas voltadas para o aprimoramento institucional, as políticas públicas e o desenvolvimento da nação brasileira
- Atuar, no âmbito de sua competência, junto à sociedade, no sentido de informar e esclarecer a respeito do papel do Legislativo e das instituições do Estado na vida nacional
- Formar e treinar lideranças

* Segundo o texto do Projeto de Resolução nº 77, de 2000.

Milton Campos é tema de documentário na TV

A vida do político mineiro Milton Campos é o tema do documentário que a TV Senado exibe amanhã, às 19h30. O especial *Milton Campos, a política como vocação* relembra a trajetória do mineiro de Ponte Nova, nascido



há 100 anos, desde a década de 1920, quando inicia a carreira de advogado, passando por diversos cargos, como o de governador de Minas Gerais, senador e ministro de Estado.

Como pano de fundo do pro-

grama, um apanhado da história recente do país — Milton Campos foi participante ativo de episódios que vão da Revolução de 30 ao movimento militar de 1964. O programa será reapresentado no sábado, às 12h, e domingo, às 20h30.

Hartung quer votar já correção da tabela do IRPF

Invocando o papel histórico do Parlamento de conter os abusos de tributação do governo, ele solicitou à Mesa do Senado que coloque em votação no Plenário o projeto que atualiza a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) apresentou requerimento à Mesa do Senado, para imediata inclusão na pauta de votações do Plenário, do projeto de sua autoria que corrige a tabela e as deduções do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Ele argumentou que o projeto está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) desde o mês de junho, quando o Regimento prevê prazo máximo de 30 dias para sua discussão e votação. Segundo Hartung, a tabela do

IRPF permanece inalterada há seis anos, o que resulta em um aumento crescente dos níveis de tributação, penalizando especialmente os que ganham menos. "Os trabalhadores lutam para recuperar, timidamente, seu nível de poder aquisitivo e, em consequência, caem em alíquotas maiores de cobrança de Imposto de Renda. Isso é abuso do governo, é confisco do salário do trabalhador", afirmou. Ele citou dados do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Fede-

ral (Unafisco) estimando em 37,5% a defasagem da tabela de Imposto de Renda, se as atuais alíquotas forem mantidas para o próximo ano. Hartung considerou a situação injusta e fez um apelo à Mesa e aos partidos políticos para a imediata aprovação de seu projeto. "Historicamente, o Parlamento foi criado para conter abusos de tributação do governo", lembrou.

Hartung apresentou números apurados pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC mostrando

que, entre 1998 e 2000, o número de trabalhadores que pagam Imposto de Renda na fonte aumentou em 64,3%, em função do congelamento da tabela, associado à pequena recuperação das perdas salariais. "O Sindicato garante não se tratar de aumento real de salário, mas de alguma compensação de inflação passada", concluiu o parlamentar.



Segundo Paulo Hartung, o congelamento da tabela "é confisco do salário do trabalhador"

Requião alerta que montadoras podem estar sonegando imposto

As montadoras de automóveis podem estar pagando Imposto de Importação sobre apenas 25% do preço FOB (livres de taxas) de carros montados. O alerta foi feito ontem pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR).



Segundo Requião, as perdas podem chegar perto de R\$ 45 bilhões

A prática, segundo ele, atingiria uns 2 milhões de automóveis,

"o que poderia significar uma soma de cerca de R\$ 45 bilhões" de perda para os cofres do país, mais do que suficiente, conforme ressaltou, para cobrir os gastos da Previdência Social com um au-

mento do salário mínimo para R\$ 180.

Requião disse que teve acesso a documento das montadoras em que elas estabelecem o preço FOB de importação de veículos montados. Ele comparou o documento com o registro dos preços FOB de todos os produtos norte-americanos exportados. A comparação permitiu que o senador concluisse que as montadoras declaram um valor que é bem menor que a metade do valor FOB de importação. Como a atual legislação determina o pagamento

de 34% de Imposto de Importação sobre metade do preço FOB, as montadoras estariam de fato pagando sobre 25% do preço FOB.

— Os automóveis que chegam montados ao Brasil estão tendo uma incidência de imposto sobre apenas 25% do valor — reiterou, afirmando que está buscando mais informações sobre o assunto.

Requião chamou ainda a atenção da imprensa brasileira, que, segundo ele, "parece não ter se incomodado nem um pouco" com a denúncia, já feita em pronúncia anterior. Nos meios de comunicação, afirmou, "não há investigação em curso, mas no que se refere ao meu trabalho, estou aprofundando as informações".

Gilvam pede apoio ao governo federal e à Justiça para resolver crise no Amapá

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) pediu ao governo federal e ao Poder Judiciário ajuda para solucionar o que chamou de "crise institucional e administrativa" que o governador do Amapá, João Capiberibe (PSB), estaria provocando. Segundo Gilvam, Capiberibe está ameaçando a democracia ao desrespeitar as decisões da Justiça estadual e denunciar à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico deputados estaduais considerados inocentes pelo senador.

Conforme Gilvam, Capiberibe estaria tomando essas atitudes sob o efeito de cocaína. Citando em seu discurso as acusações de que o governador está envolvido com o narcotráfico, o senador disse que

Capiberibe estava "drogado" quando em solenidade pública recente atacou o Judiciário estadual.

— Capiberibe é um cheirador de coca e promove em sua residência orgias com o alto escalão do governo — afirmou Gilvam.

O senador explicou que um dos objetivos do seu discurso era

desagravar os deputados estaduais Jorge Salomão, Rosemiro Rocha e Paulo José, cujos nomes foram denunciados por Capiberibe à CPI do Narcotráfico em funcionamento na Câmara dos Deputados.



Gilvam Borges fez várias acusações contra o governador do Amapá

O governador teria coagido pessoas a testemunhar contra os parlamentares.

Capiberibe estaria também estimulando a corrupção e levando o estado ao caos administrativo. Em consequência, 800 empresas teriam deixado o Amapá e desempregado milhares de pessoas.

— O governador do Amapá é um ditador irresponsável, está fazendo ele mesmo as leis, e tenta colocar o Judiciário de joelhos — disse Gilvam, que prometeu retornar à tribuna do Senado com documentos que provam suas acusações.

Lauro cita discursos de Fernando Henrique para criticar o governo

Em discurso feito ontem, o senador Lauro Campos (PT-DF) voltou a atacar o presidente Fernando Henrique Cardoso pela condução da política econômica do país. Tendo em mãos o livro *A Outra Face do Presidente*, uma coletânea de pronunciamentos do então senador Fernando Henrique, Lauro Campos o acusou de ceder aos interesses dos banqueiros internacionais e do Fundo Monetário Internacional (FMI), implementando políticas diametralmente opostas às que defendia antes de chegar

governante, foi mais subserviente do que todos os outros.

Lauro Campos ironizou o fato de, há 17 anos, Fernando Henrique orgulhar-se, em um de seus discursos, ter votado contra o Decreto-Lei 2.024, que dava aos salários uma reposição de apenas 80% da inflação.

— Agora, é o contrário: ele deve 80% de reposição salarial, e acha isso muito normal — afirmou Lauro Campos, alertando também contra a tentativa de perpetuar a política econômica, aprovando-se a independência do Banco Central e



Lauro Campos lembrou que FHC era contra o arrocho salarial quando foi senador

do Banco do Brasil.

Ainda citando o então senador Fernando Henrique Cardoso, que em um de seus discursos combatia a corrupção e os crimes do colarinho branco, Lauro Campos lembrou as denúncias de que o presidente comprou votos de deputados por US\$ 200 mil para garantir a reeleição. Defendeu, ainda, a proposta da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), de um salário mínimo de mil reais.

Enfatizando as palavras de FHC — "o ponto de ruptura está à vista; devemos dizer ao FMI que não podemos e não vamos pagar a dívida" —, Lauro Campos lembrou que, em 1983, o então senador Fernando Henrique considerava a dívida impossível de ser paga, mas, como

Tebet defende socorro às famílias carentes

Preocupado com o anúncio da decisão do governo de suspender o programa de distribuição de cestas básicas em 1.350 municípios, senador cobra das autoridades uma alternativa que garanta a sobrevivência dos mais pobres

Ao comentar notícias publicadas na imprensa sobre a suspensão, pelo governo federal, da distribuição de cestas básicas às pessoas carentes, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) manifestou sua preocupação e defendeu a criação de um programa alternativo que socorra as famílias dependentes desse tipo de ajuda para sobreviver. Ele disse que a medida atingirá brasileiros de 1.350 municípios, que poderão perder o benefício pela falta de recursos orçamentários.

“O anúncio do corte das cestas básicas é feito depois de ter constatado no programa Avança Brasil como uma das prioridades nacionais”, lembrou Ramez Tebet. Mesmo reconhecendo o caráter assistencialista da distribuição de alimentos, o senador destacou que ela existe para que brasileiros não morram de fome. “Fiquei mesmo indignado quando li sobre o corte sem que o governo apresentasse qualquer programa em substituição”, afirmou.



Ramez Tebet: indignado com o corte sem qualquer programa em substituição

Na opinião do senador, o governo somente poderá deixar de manter programas de assistência aos mais carentes quando resolver investir no interior. Ele salientou que por meio do trabalho no campo as famílias tirarão seu próprio sustento. “Para que isso aconteça, temos instrumentos previstos na Constituição, como os fundos constitucionais para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.”

Ramez Tebet apelou ao presidente Fernando Henrique Cardoso no sentido de que, se o Congresso não tiver tempo hábil para votar o projeto de conversão da medida provisória que trata dos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o governo reedite a MP baixando os juros cobrados para os financiamentos destes fundos. A sugestão de Tebet é que os juros não ultrapassem 9%. “Com juros compatíveis, nunca mais vamos ler nos jornais notícias sobre distribuição de cestas básicas, quanto mais sobre seus cortes”, disse Ramez Tebet.

Fogaça insiste em apoio do governo ao cinema nacional

O presidente da Subcomissão do Cinema Brasileiro, senador José Fogaça (PMDB-RS), anunciou ontem o fim dos trabalhos, afirmando que a ação do governo permanece imprescindível para garantir a produção cinematográfica no Brasil. Ele observou, no entanto, que “o governo erra ao se restringir a apoiar a produção, pois os investimentos em distribuição, divulgação e exibição dos filmes são igualmente importantes”.

Fogaça informou que o relator da subcomissão, senador Francelino Pereira (PFL-MG), apresentará seu relatório na próxima terça-feira com as conclusões do trabalho. A subcomissão ouviu todos os setores envolvidos com a produção



Fogaça fez um balanço das atividades da subcomissão que presidiu

cinematográfica, como arte e indústria. Segundo Fogaça, o cinema mostrou-se uma das artes mais arraigadas no espírito do brasileiro, fato que levou os integrantes da subcomissão a defenderem o apoio e a ampliação dos incentivos da Lei do Audiovisual.

Para o senador, o desmonte da produção cinematográfica no Brasil, levado adiante durante o governo Collor, ainda não pôde ser totalmente revertido. “Mas já estamos com uma produção de 23 filmes por ano, cifra que não é desprezível.” Ele manifestou sua preocupação, no entanto, com o fato de o país contar hoje com 1.500 salas de projeção cinematográfica, contra 3.500 na década de 70.

Corte aumenta sofrimento de milhões, diz Maguito

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) criticou a decisão do governo de cortar a distribuição de cestas básicas para famílias carentes. “É mais uma medida equivocada, tomada ao bel-prazer de burocratas de gabinete que parecem não conhecer o país que governam.” Maguito



Maguito vê o Executivo “surdo” diante dos pleitos do Congresso

disse que a decisão “vai aumentar a fome e o sofrimento de milhões de famílias em todo o país”.

Na avaliação do senador, as medidas do governo cortando investimentos no setor social já se tornaram rotineiras, mesmo diante dos protestos do Senado, da Câmara dos Deputados e de outras instituições. “Mas chega um ponto em que a gente cansa. Fa-

lamos, reivindicamos e o governo continua insensível”, afirmou. Ele disse que o Executivo parece uma entidade surda quando os pleitos são originários do povo ou do Congresso.

Um texto do jornalista Clóvis Rossi, publicado ontem no jornal *Folha de S. Paulo*,

foi lido pelo senador para demonstrar seu descontentamento com a decisão do governo. Segundo o articulista, o importante para o governo Fernando Henrique Cardoso não é que as pessoas sobrevivam, mas que a pobreza diminua e a economia cresça. Segundo o artigo, depois que pessoas morrerem ou sofrerem danos irreversíveis por desnutrição, de nada adianta-

rá uma mudança de estrutura que dispense o assistencialismo.

Para Clóvis Rossi, seria melhor se o governo fosse menos generoso com os que não precisam de cestas básicas. Maguito avaliou que os recursos destinados às cestas básicas não farão falta ao governo se o programa não for interrompido. Ele lembrou que não faltou dinheiro ao Executivo para custear a obra do fórum trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, nem para socorrer os bancos Marka e FonteCindam.

Em aparte, o senador Luiz Pontes (PSDB-CE) sugeriu que senadores se organizem para ir ao presidente Fernando Henrique Cardoso dizer que não aceitam corte no programa de distribuição de cestas básicas enquanto não for tomada uma medida para solucionar o problema da fome e da miséria.

Americana divulga capacitação de civis para a área de defesa

A diretora do Centro de Estudos Hemisféricos de Defesa, em Washington, Margaret Daly Hayes, esteve ontem no Senado para divulgar junto aos senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) um programa de capacitação de civis para a área de defesa, oferecido pelo centro. O curso é dirigido a civis que atuam na área de defesa nas esferas de governo (Executivo e Legislativo),

universidades, jornalismo e organizações não-governamentais.

O Centro de Estudos Hemisféricos de Defesa foi criado em resposta a uma necessidade detectada na primeira reunião de ministros de Defesa, realizada em julho de 1995, em Williamsburg, Virgínia. O centro é ligado à National Defense University e atende a demandas dos países das três Américas, em forma de cooperação internacional com programas



Margaret Daly Hayes com o senador Pedro Piva na Comissão de Relações Exteriores

específicos para a área de defesa e de acordo com as necessidades de cada país.

Ademir destaca impacto do mínimo na economia

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou que o reajuste de 20% do salário mínimo, mesmo sendo inferior ao necessário, vai injetar mais recursos na economia, “que poderão ter um poder multiplicador formidável”. Em pronunciamento realizado antes do anúncio do acordo sobre o novo valor do salário mínimo (veja matéria na página 4), Ademir argumentou que qualquer incremento de renda fomenta o consumo ou a poupança, o que acaba impulsionando o crescimento, elevando a arrecadação e ampli-

ando a ação social do Estado.

Para o senador, a atualização do salário mínimo é um desafio necessário à redução do distanciamento social entre setores da população brasileira. Ademir salientou que, com o salário mínimo de R\$ 180, 2,75 milhões de brasileiros – o equivalente a 6% da população – sairão da linha da pobreza, com um impacto significativo para cerca de 7 milhões



Ademir aponta efeito multiplicador do aumento do mínimo

de crianças e para milhões de idosos que recebem benefícios da Previdência Social.

O senador citou o Pará como exemplo dos efeitos do aumento do mínimo. Segundo estimativa do IBGE, quase um quarto da população economicamente ativa recebe até um salário mínimo, o que representa mais de 350 mil trabalhadores com atividades concentradas na indústria e nos serviços.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo, Nabor Júnior, Jonas Pinheiro, Pedro Piva e Henrique Loyola